

## A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO EM GRAMÁTICAS ESCOLARES: um olhar a partir da Sociolinguística Educacional

### THE NOMINAL CONCORDANCE OF NUMBER IN SCHOOL GRAMMARS: a look from Educational Sociolinguistics

Bruno Sousa dos Santos<sup>1</sup>  
 Ednalvo Apóstolo Campos<sup>2</sup>

**Resumo:** Um livro didático de Língua Portuguesa acabou gerando grande polêmica quando propôs uma reflexão sobre a variação na concordância nominal de número em 2011. A grande mídia e a sociedade de um modo geral não viram a proposta com bons olhos, pois entenderam que o livro autorizava os estudantes a “falar errado”. Mas o livro se baseou em teorias sólidas para as reflexões propostas. Considerando que as gramáticas escolares são, ao mesmo tempo, referências para os livros didáticos e eles mesmo material didático, buscamos saber como três gramáticas escolares que se dizem “reflexivas”, que objetivam o domínio das variações linguísticas adequadas aos seus contextos de uso e que estão adequadas às exigências de cultura dos tempos atuais tratam sobre o tema hoje. Baseados na Sociolinguística (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006) e na Sociolinguística Educacional (BORTONI-RICARDO, 2004), (BAGNO, 2007) (FARACO, 2008), concluímos que as três gramáticas escolares apenas seguem os preceitos de uma tradição gramatical prescritivista, o que, apesar de evitar qualquer polêmica social como o livro didático gerou em 2011, podem ser nocivas a aprendizagem, haja vista que refletir sobre a língua a partir de uma base científica é fundamental para uma educação linguística de qualidade, voltada para formação de leitores e escreventes críticos e competentes.

**Palavras-chave:** Sociolinguística Educacional. Gramática Escolar. Concordância nominal de número.

**Abstract:** A Portuguese language textbook ended up generating great controversy when it proposed a reflection on the variation in nominal number agreement in 2011. The mainstream media and society in general did not see the proposal with good eyes, because they understood that the book authorized the Students to "talk wrong". But the book was based on solid theories for the proposed reflections. Considering that school grammars are, at the same time, references to textbooks and didactic material, we seek to know how three school grammars are said to be "reflexive", which aim at mastery of linguistic variations suited to their contexts of use and which are appropriate to the demands of culture of the present times dealing with the subject today. Based on sociolinguistics (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006) and on Educational Sociolinguistics (BORTONI-RICARDO, 2004) (BAGNO, 2007), we conclude that the three school grammars only follow the precepts of a grammatical prescriptive tradition, which, despite avoiding any social controversy as the textbook generated in 2011, can be harmful learning, since to reflect on the language from a scientific basis is fundamental for a quality language education, aimed at training Critical and competent readers and scribes.

**Key words:** The Educational Sociolinguistics. School Grammar. Nominal number agreement.

<sup>1</sup> Discente do Curso de Especialização em Estudos Linguísticos e Análise Literária, Universidade Estadual do Pará (UEPA). E-mail: [brunueducador@gmail.com](mailto:brunueducador@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio sanduíche na Universidade de Lisboa. E-mail: [ednalvoc@yahoo.com](mailto:ednalvoc@yahoo.com)

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2011, Heloisa Ramos *et. al.* decidiram dar um passo importante para reflexões sobre a língua na educação básica, introduzindo uma perspectiva científica na análise da concordância nominal de número no livro didático *Por uma vida melhor*, da coleção *Viver, aprender*, o qual foi aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) e destinado à Educação de Jovens e Adultos (EJA). No capítulo referente ao fenômeno, dizem eles:

As palavras centrais são acompanhadas por outras que esclarecem algo sobre ela. As palavras acompanhantes são escritas no mesmo gênero (masculino/feminino) e no mesmo número (singular/plural) que as palavras centrais.

Essa relação ocorre na norma culta. Muitas vezes, na norma popular, a concordância acontece de maneira diferente. Veja:

*Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado.*

Você acha que o autor dessa frase se refere a um livro ou a mais de um livro? Vejamos:

O fato de haver a palavra *os* (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. Reescrevendo a frase no padrão da norma culta, teremos:

*Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados.*

Você pode estar se perguntando: “Eu posso falar *os* livro?”.

Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz que o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião. (2011, p. 14-16)

O livro traz uma análise coerente com os preceitos de língua e de seu ensino aceitos por linguistas e educadores desde o final do século XX, até os tempos atuais, sobretudo, dos que seguem a perspectiva da Sociolinguística Educacional (BORTONI-RICARDO, 2004). O livro também está consonante com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os quais entendem a língua em sua heterogeneidade, proposta central, apresentada pelo livro didático. Logo, esperava-se que os apontamentos ali realizados fossem aceitos de bom grado pelos professores que utilizassem o livro como recurso didático, além de aceitos, também, pela sociedade de um modo geral.

Contudo, graças a publicações, reportagens e debates feitos pela grande mídia, sua análise gerou grande polêmica, instigando os “sábios” e “defensores” da língua a criticarem e repudiarem, veementemente, o livro. Dentre esses destacamos dois exemplos: o artigo “Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado”<sup>3</sup>, de Luciana Lima do Portal IG, e as Ponderações de Alexandre Garcia no “Bom dia Brasil” da Rede Globo.

<sup>3</sup> Anexo A

O primeiro, logo no título, deixa claro seu posicionamento sobre a obra. O segundo exemplo das atrocidades ditas sobre a obra foi a fala de Alexandre Garcia. Disse ele, numa manhã de 2011:

*(...) Se fosse apenas uma polêmica linguística tudo bem, mas faz parte do currículo de quase meio milhão de alunos e é abonado pelo MEC. **Na moda do politicamente correto defende o endosso ao falar errado para evitar um preconceito linguístico.** (...) Aqui no Brasil alunos analfabetos passam automaticamente de ano para não serem constrangidos. Aboliu-se o mérito e agora se aprova a **frase errada** para não constranger.*

O que podemos perceber nessas duas falas representativas da sociedade não especializada em estudos científicos da língua/linguagem e do ensino de línguas? Uma visão equivocada sobre a língua e um de seus fenômenos inerentes – o da variação – recheada por preconceitos sociais e linguísticos. Uma visão nutrida por algumas *gramáticas normativas* de base não-científica<sup>4</sup> que são baseadas em “achismos” e apresentam uma visão reducionista de língua ou nutrida por materiais (didáticos) que tomam essas gramáticas como base.

Em vista disso, buscamos saber como três gramáticas escolares atuais<sup>5</sup>, (referências para os livros didáticos no que tange a análise da estrutura da língua) que se denominam “reflexiva”, “objetivando o domínio das variações linguísticas adequadas ao contexto de uso” e que “prepare a mocidade para atender às exigências de cultura dos tempos atuais” tratam sobre esse fenômeno da concordância nominal de número. Será que materiais didáticos que têm como principal objetivo apresentar aos alunos da educação básica uma reflexão sobre a estrutura da língua estão adotando uma perspectiva científica, tal como a proposta pela Sociolinguística Educacional, sobre esse fenômeno?

Para responder a esses questionamentos, faremos algumas reflexões sobre a Sociolinguística Educacional no *tópico dois* desse artigo, em seguida, no *tópico três*, apresentaremos a metodologia adotada para análise, depois faremos a descrição e análise das três gramáticas escolares no *tópico quatro* para, por fim, fazermos algumas considerações do que analisamos e discutimos.

A análise de como tratam a concordância nominal de número três gramáticas escolares<sup>6</sup> se justifica porque o caso do livro didático de 2011 não foi um fato isolado na história da relação língua, sociedade e ensino no Brasil, mas é uma prova “exemplar” dessa

<sup>4</sup> Baseados nas definições de Franchi (2006) e de Bagno (2014), entenderemos gramática normativa como o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, *estabelecidas* pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores/escreventes ou por falantes de variedades prestigiadas. Algumas gramáticas normativas possuem base científica outras não, são baseadas em achismos, essas também são conhecidas pelo termo gramática tradicional.

<sup>5</sup> *Gramática escolar da Língua Portuguesa*, de Bechara (2010); *Gramática Reflexiva 9º ano*, de Cereja e Magalhães (2012); *Descobrendo a Gramática – volume único*, de Giacomozzi, Valério e Reda (2016.)

<sup>6</sup> Três livros produzidos nomeadamente para os estudantes da educação básica, com o intuito de servir como material didático para professor/aluno.

relação conturbada, além disso, se justifica por esses materiais didáticos (livro didático e gramática escolar) serem uma das principais bases de referência para o trabalho de professores de língua portuguesa na educação básica no trato do estudo da estrutura da língua, bem como a referência para a sociedade leiga de um modo geral. Logo, poderemos perceber, ainda que de forma incipiente, se professores e a sociedade de um modo geral estão tendo acesso atualmente a reflexões sobre a língua a partir de uma visão científica sobre ela – o que consideramos fundamental para uma educação linguística de qualidade, voltada para formação de leitores e escreventes críticos e competentes, principais objetivos da disciplina na educação básica.

## 2 UMA BASE CIENTÍFICA SÓLIDA – CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS SOCIOLINGUÍSTICAS E DA SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL

Quando dizemos que a língua não se resume a certo e errado, estamos considerando que há mais de uma possibilidade de se dizer uma mesma coisa em PB, que a variação e a mudança linguística fazem parte da língua da mesma forma que a norma linguística. Assim, a variação na concordância nominal de número é um processo que faz parte da língua, não é fruto de uma distorção, de um erro de seus falantes. Numa obra clássica, na qual estão os fundamentos da teoria sociolinguística, afirmam Weinreich; Labov; Herzog (2006, p. 125): “a estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle destas estruturas heterogêneas”.

Dessa forma, se “os livro”, assim como “os livros”, faz parte do PB, cabe ao falante nativo receber esse enunciado como uma possibilidade, não como um erro.

Outro exemplo de variação é o uso de *nós* e *a gente*, ambos marcam no discurso a junção de eu + o não-eu. Ilari *et. al.* (2002) apresentam em um quadro de coletas de dados do Português culto falado em cinco capitais brasileiras o seguinte resultado: 52,82% dos falantes cultos pesquisados (Brasileiros que possuem nível superior completo e passaram maior parte de sua vida em uma das capitais pesquisadas) usaram *nós* como primeira pessoa do plural em suas falas e 47,17% usaram *a gente*.<sup>7</sup>

É o que justifica, por exemplo, o jornalista Alexandre Garcia iniciar seu comentário crítico sobre a polêmica do livro didático dizendo “*Quando eu estava no primeiro ano do grupo escolar e a gente falava errado, a professora nos corrigia por que estava nos*

<sup>7</sup> Recomendamos a leitura das *Gramáticas do Português Falado* que são os resultados das pesquisas realizadas pelo Projeto NURC (Norma Urbana Culta) no final da década de 70, principalmente o Volume IV de onde extraímos esses dados e que está citado nas referências desse artigo.

*preparando para a vida.*” E conclui “*aboliu-se o mérito e agora se aprova a frase errada para não constranger*”. Curioso é que o jornalista faz sua crítica justamente contra o livro que defende a variação como possibilidade e não como erro. Mas do ponto de vista de quem prega a norma-padrão, o uso de *a gente* como primeira pessoa do plural é errado, ou é renegado a situações de “uso coloquial” da língua<sup>8</sup>. Melhor deixarmos a “frase” de Alexandre Garcia de lado para não “constrangê-lo”.

Se a análise empírica e a ciência nos encaminham para um sistema heterogêneo ordenado, devemos considerar que essa perspectiva seja relevante na formação de estudantes da educação básica.

Já há algum esforço para a introdução dos estudos científicos, como os sociolinguísticos, nos próprios documentos oficiais, como os já citados PCN e agora a BNCC<sup>9</sup>. Mas o que se vê ainda é a forte influência de uma perspectiva que identifica a variação como erro.

Mas apesar dessas pesquisas de base sociolinguística e dados empíricos, a maioria das gramáticas normativas negligencia essa variação, conforme afirma Perini (2010, p. 279), a gramática normativa instituiu que a concordância é a harmonia entre os termos da oração e que na concordância nominal essa harmonia se dá entre “gênero, número e os diversos nominais dentro do sintagma nominal”. A não marcação da concordância nominal com base na gramática normativa ainda é estigmatizada por seu uso e não está ligado à pronúncia correta de todos os elementos flexionais do sintagma.

Perini (*op. cit.*) ressalta que quando não marcamos o plural em todos os elementos do Sintagma Nominal não estamos falando errado, pois a maioria dos falantes, em todas as regiões do Brasil, e em todas as classes sociais, usa essa variedade. Da mesma forma entende Bagno (2011). De acordo com ele:

Já se provou e comprovou que (i) não existe ninguém que faça todas as concordâncias previstas pela TGP [Tradição Gramatical Prescritiva], nem mesmo em textos escritos altamente monitorados, (ii) há mais regras de concordância do que as previstas pela TGP e (iii) as regras de concordância previstas pela TGP dependem dos usos dos escritores consagrados e, mesmo assim, só dos usos que os filólogos consideram “exemplares”. (BAGNO, 2011 p. 994)

<sup>8</sup> A expressão “linguagem coloquial” costuma ser utilizada por autores de gramáticas normativas de base tradicional para fazer oposição à “linguagem culta”. Eles utilizam essa expressão para desconsiderar determinadas mudanças ou variações linguísticas já consagradas pelo uso da maioria dos falantes/escrevintes do PB, inclusive em situações de maior monitoramento linguístico, como é o caso da expressão “a gente” como pronome pessoal.

<sup>9</sup> A Base Nacional Curricular Comum, como o próprio nome diz, é uma proposta de currículo único para todas as escolas de educação básica do Brasil. Mais uma tentativa para melhorar a qualidade de ensino-aprendizagem das escolas do país que poderá ter o mesmo resultado dos PCN se não houver outras ações em conjunto para cumprir com esse objetivo, tais como a valorização dos profissionais da educação e a reforma e manutenção das escolas.

Devido à forte influência que gramáticas normativas exercem na sociedade, é imprescindível que haja mudança em seus referenciais, substituindo essa tradição gramatical prescritiva, apontada por Bagno (*op. cit.*), por uma base mais sólida e científica, como a linguística. Caso isso não aconteça, continuará a concordância (verbal e nominal) a servir como “instrumento de discriminação dos falantes que empregam menos marcas de concordância em sua fala”. E enquanto essa mudança não ocorrer, o professor precisa reconhecer esse “pesado valor simbólico” da não marcação do plural em nossa sociedade, pois

os falantes mais letrados, mesmo não fazendo concordância em 100% dos casos, consideram erro grave as lacunas de concordância, sobretudo quando os componentes do sintagma estão muito próximos: *os menino grande, esses garoto de hoje, aquelas moça bonita* etc. (...) em sala de aula, é imprescindível chamar a atenção dos alunos, **principalmente na produção escrita mais monitorada**, para as marcas (redundantes, pleonásticas, tautológicas) de concordância que devem ser aplicadas a todos os elementos do sintagma em questão. (grifos do autor) (*op. cit.* p. 707)

Para auxiliar os professores nessas reflexões sobre a variação na concordância nominal de número em português brasileiro e de modo mais geral, auxiliar no ensino de língua portuguesa sensível à variação linguística, ao valor ideológico e à contribuição para o desenvolvimento da competência comunicativa que ele oferece, temos a Sociolinguística Educacional (doravante, SE), termo proposto por Bortoni-Ricardo (2004).

Essa área de estudo, pelas suas características interdisciplinares e pelo potencial impacto na melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem, se destaca entre as diversas áreas que versam sobre a crítica e as proposições para o ensino de língua portuguesa no Brasil. A SE, conforme nos afirma Bortoni-Ricardo (2004),

(...) tem se debruçado sobre vários fenômenos da variação linguística, que ocorre no português brasileiro, vendo suas implicações no processo ensino e aprendizagem da linguagem, sobretudo, em relação ao ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. (BORTONI-RICARDO, 2004)

Sobre as proposições da SE, Cyranka (2016, p 169) afirma que é levar para as salas de aula

a discussão sobre a variação linguística, orientando os alunos a reconhecerem as diferenças dialetais e, mais importante, a compreenderem que essas diferenças dialetais são normais, legítimas e que devem ser consideradas na seleção das estruturas a serem utilizadas, a depender das condições de produção, isto é, das necessidades do leitor/escritor, falante/interlocutor, a partir do contexto em que se encontra. Desse modo, o conceito de “certo/errado” em linguagem é substituído pelo de “adequado/inadequado”, o que predispõe os alunos ao desejo de ampliarem a competência comunicativa que já possuem, construindo crenças positivas sobre o conhecimento que têm de sua língua, no caso, a língua portuguesa. (CYRANKA, 2016, p. 169)



Especificamente nessa linha teórica há um grande interesse em se desenvolver uma *Pedagogia da Variação Linguística* (FARACO, 2008). Destacam-se nesse intento, com diversas publicações sobre o tema, além de organizarem grupos de pesquisa e orientarem dissertações e teses, autores como Faraco (2008), Bortoni-Ricardo (2004), Bagno (2007), Cyranka (2015; op. cit) e Zilles e Faraco (2015).

De acordo com Faraco (op. cit., p.182), seria, inclusive, o grande desafio dos professores no início desse novo milênio:

construir uma pedagogia da variação linguística que não escamoteie a realidade linguística do país [...] não dê um tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação; localize adequadamente os fatos da norma culta/comum/standard no quadro amplo da variação e no contexto das práticas sociais que pressupõem; abandone criticamente o cultivo da norma-padrão; estimule a percepção do potencial estilístico e retórico dos fenômenos da variação. (FARACO, 2008, p.182)

E ele conclui:

Mas, acima de tudo, uma pedagogia que sensibilize as crianças e os jovens para a variação, de tal modo que possamos combater os estigmas linguísticos, a violência simbólica, as exclusões sociais e culturais fundadas na diferença linguística. (FARACO, 2008, p.182)

Com base nos referenciais teóricos aqui apontados, professores podem desenvolver propostas para educação básica que, ao mesmo tempo, lidem adequadamente com as necessidades linguísticas dos alunos (tanto das camadas sociais menos favorecidas como das mais abastadas), que desenvolvam suas competências comunicativas, sua autoestima e propicie uma compreensão adequada dos fenômenos linguísticos, livres de preconceitos linguísticos e de atitudes intolerantes<sup>10</sup>.

Mas como as gramáticas escolares tratam hoje da temática da concordância nominal? Elas consideram as reflexões feitas até o momento, ou seja, consideram os pressupostos científicos sobre esse fenômeno? Vamos analisar três delas a partir das reflexões realizadas até o momento sobre variação, gramática e ensino, mais especificamente sobre a concordância nominal de número e o ensino.

<sup>10</sup> Segundo Leite (2008, p. 24-25), “o preconceito é a discriminação silenciosa e sorrateira que o indivíduo pode ter em relação à linguagem do outro; é um não-gostar; um achar-feio ou achar-errado um uso (ou uma língua), sem a discussão do contrário, daquilo que poderia configurar o que viesse a ser o bonito ou correto”, e a intolerância é a “atitude de não admitir opinião divergente (...) de reagir com violência ou agressividade a certas situações.”

### 3. A ESCOLHA DAS GRAMÁTICAS ESCOLARES

Após entendermos como a perspectiva de base científica sobre a língua (principalmente a da Sociolinguística Educacional) compreende a concordância nominal de número em PB, vamos apresentar os critérios de escolha, as gramáticas escolares selecionadas e o tipo de análise que fizemos.

Mas por que optamos por gramáticas escolares? Rojo & Batista (2003), concluíram que os 140 livros (35 coleções destinadas às 5<sup>a</sup> - 8<sup>a</sup> séries) analisados no Plano Nacional do Livro Didático<sup>11</sup> (PNLD/2002) do Ministério da Educação (MEC), dentre outras características, realizam predominantemente seus trabalhos de reflexão sobre a língua “pautados na gramática normativa e baseados nas formas cultas da língua padrão, nunca explorando diferentes variedades sociais ou geográficas da língua efetivamente em uso.” (ROJO & BATISTA, 2003, p. 20). Bagno (2013) observou que os livros didáticos de língua portuguesa do ensino fundamental aprovados no PNLD/2008 eram todos muitos bons, quando se tratava de leitura, produção de texto, pois estavam de acordo com os avanços dos estudos linguísticos, contudo, em se tratando de análise linguística, incluindo aí a variação linguística, era notadamente a perspectiva tradicional de análise da língua que predominava. Em outra relevante pesquisa, González (2015) constatou que os dois livros mais adotados pelos professores do Ensino Médio, dentre os 12 escolhidos aprovados no PNLD de 2009<sup>12</sup>, são os que menos capítulos dedicam a questões relativas à variação linguística.

Diante do exposto, entendemos que há outras obras que seguem uma perspectiva menos conservadora do estudo da língua, como o livro didático de Heloisa Ramos *et. al.*, mas fazem parte da exceção. Por essa razão, optamos por analisar os livros que são referências para os livros didáticos no trabalho com a estrutura da língua, mas que também possuem suas versões “escolares”, ou seja, assumem também a condição de material didático, para identificarmos se há também nesses materiais didáticos a predominância da perspectiva tradicional de análise da língua, ou se os livros didáticos “conservadores” que dominam o mercado não se justificam nem pelas suas referências teóricas. Além disso, essa dupla função, referência para livros didáticos e instrumento didático, dá a esses materiais um papel de grande relevância na formação linguística na educação básica em nosso país.

Assim, como critério de escolha para o escopo de nossa análise, buscamos três gramáticas atuais, voltadas para a educação básica e que apresentassem um discurso em favor

<sup>11</sup> O PNLD foi desenvolvido pelo Governo federal para avaliar, comprar e distribuir livros didáticos para toda a rede pública da educação básica no Brasil, se tornando assim o principal fomentador desse mercado, logo, tem importante papel nas características dos livros adotados em nossas escolas.

<sup>12</sup> Os livros de Cereja & Magalhaes e o de Nicola juntos, de acordo com González (2015), somam mais de 50% dos livros adotados pelos professores no período pesquisado. Não por acaso, uma das gramáticas analisadas aqui é de mesma autoria do livro mais adotado pelos professores, a saber, Cereja & Magalhaes.



da ciência e da aprendizagem do aluno. Assim, se encaixaram bem nesse perfil, a “Gramática Reflexiva 9º ano” de Cereja e Magalhães (2012) que, como o próprio nome sugere, se propõe a analisar a estrutura da língua pela reflexão<sup>13</sup>, a partir de um olhar da ciência e de uma visão crítica sobre a gramática normativa; o “Descobrimo a Gramática – volume único” de Giacomozzi, Valério e Reda (2016) que, voltado para o ensino fundamental maior, objetiva o domínio das variações linguísticas adequadas aos seus contextos de uso<sup>14</sup>; e a “Gramática escolar da Língua Portuguesa” de Bechara (2010) que, voltada para o ensino fundamental maior e para o ensino médio, visa preparar os alunos adequadamente para atender às exigências de cultura dos tempos atuais.

Nossa análise, a seguir, irá comparar as formas como esses três livros apresentam a concordância nominal de número no corpo do texto com os discursos acima, que são expostos nas apresentações dos livros.

#### 4. AS GRAMÁTICAS ESCOLARES – O DISCURSO E A PRÁTICA

As apresentações dos livros nos despertaram grande entusiasmo, visto que a reflexão sobre a língua, a adequação aos contextos de uso e às exigências culturais dos tempos atuais estão de acordo com as concepções de língua/linguagem e de ensino-aprendizagem de língua materna pautadas no *interacionismo* de Bakhtin<sup>15</sup> (1929/1997). Estamos de acordo com Antunes (2003), a qual afirma que:

A evidência de que as línguas só existem para promover a interação entre as pessoas nos leva a admitir que somente uma concepção interacionista da linguagem, eminentemente funcional e contextualizada, pode, de forma ampla e legítima, fundamentar um ensino da língua que seja, individual e socialmente, produtivo e relevante. (ANTUNES, 2003, p. 41)

Dessa forma, o que podemos esperar de uma gramática escolar? NEVES (2006) nos responde:

Penso na constituição de um material de referência – teórico e prático – para a análise da gramática e uso linguístico, e, portanto, entre organização Linguística e interação na linguagem, um material de base para uma gramática escolar do

<sup>13</sup> Os autores, na sessão *manual do professor*, p. 10, afirmam que “o papel do professor e do livro didático na escola não é reproduzir fielmente, sem críticas, o que determina uma tradição gramatical cheia de problemas, lacunas e contradições; pelo contrário, um ensino de língua portuguesa moderno e atuante deve, por um lado, estar atento às transformações que a língua vem sofrendo em seu uso social e, por outro, estar aberto a novos estudos e novos enfoques do fenômeno linguístico; e, com essa dupla dimensão, promover a discussão e a reflexão dos alunos a respeito do usos social da língua.”(CEREJA & MAGALHAES, 2012)

<sup>14</sup> Os autores afirmam na *Apresentação* do livro que seu o objetivo “é que o aluno domine as variações linguísticas, empregando a língua com discernimento nas mais diversas situações, adquirindo segurança no seu uso, o que certamente lhe abrirá um leque de conhecimentos, satisfações pessoais e emoções. (GIACOMOZZI, VALÉRIO E REDA, 2016)

<sup>15</sup> Bakhtin compreende a língua/gem como produto histórico da interação discursiva realizadas por seres socialmente organizados e é determinada pela ideologia que rege as relações sociais. Sendo assim, o que temos é um fenômeno de natureza social, construído a partir das necessidades e das práticas de comunicação dos indivíduos.

português assentada na assunção de que ao tratamento escolar da linguagem – e, portanto, da gramática – não pode faltar a orientação preparada pela ciência linguística. (NEVES, 2006, p. 18)

Sendo assim, a partir dessa concepção, o que podemos esperar de uma gramática escolar, um livro voltado para a formação de estudantes da educação básica, é a possibilidade de se estudar a estrutura de sua língua a partir da ciência, da reflexão sobre situações linguageiras reais, “socialmente produtivas e relevantes”.

Observemos a seguir como os livros objetos de nossa análise conceituam a concordância nominal de número para depois compararmos com os discursos inseridos nas apresentações dos livros.

#### 4.1 A gramática escolar “reflexiva”

Inicialmente, no capítulo referente à concordância nominal e concordância verbal, os autores do livro *Gramática Reflexiva 9º ano* (GR) apresentam um texto e fazem algumas perguntas, dentre elas por que um determinado adjetivo está no plural. Depois, no tópico “conceituando”, página 149, dizem o seguinte:

FOTOGRAFIA 1 – Conclusões sobre a concordância na GR

**Conceituando**

Ao responder às questões anteriores, você pôde observar que, na primeira frase, o fato de o substantivo **sementes** estar no plural determina o emprego do adjetivo **essenciais**, no plural, e da forma verbal **são**, também no plural. E pôde observar, na segunda frase, que o substantivo **semente**, no singular, leva ao emprego dos adjetivos **grande e resistente**, no singular, e da forma verbal **é**, também no singular.

Nesses casos, há **concordância**, um princípio linguístico que orienta a combinação das palavras nas frases.

Veja as relações de concordância:

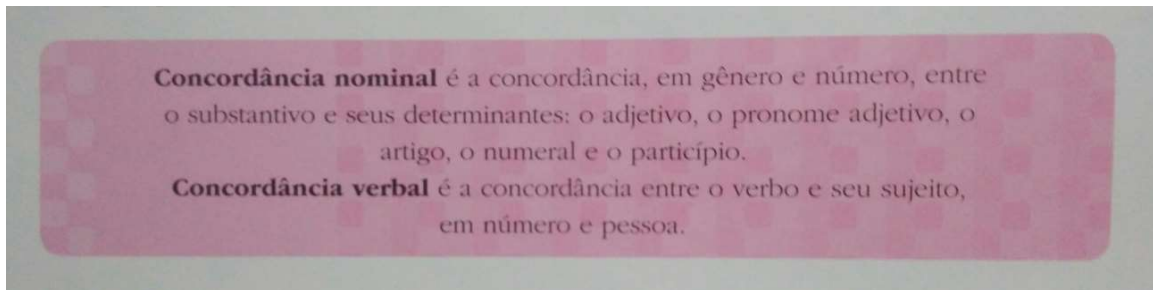
sujeito		predicado		
A	semente	é	grande e resistente.	
artigo	substantivo	verbo	adjetivo	adjetivo

CONCORDÂNCIA NOMINAL E CONCORDÂNCIA VERBAL •

Fonte: Cereja e Magalhaes (2012, p. 149)

Em seguida, na página 150, definem concordância:

FOTOGRAFIA 2 – Conceitos de concordância nominal e verbal na GR



Fonte: Cereja e Magalhaes (2012, p. 150)

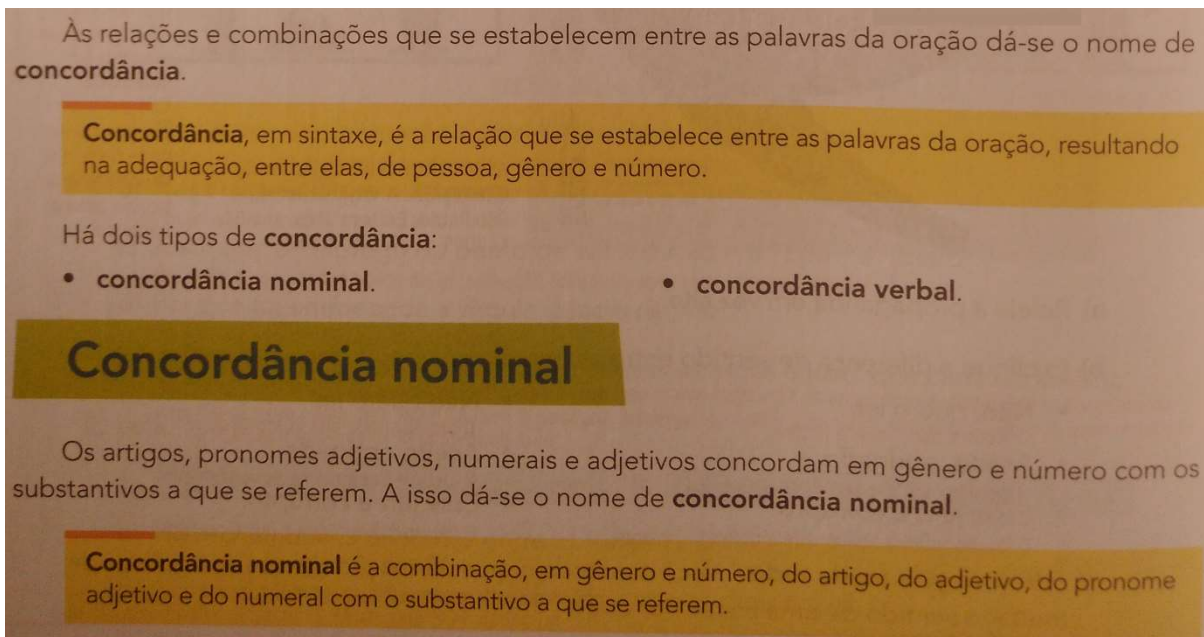
Após mais alguns exemplos, exercícios e a apresentação de três “regras especiais” de concordância, os autores encerram a explicação sobre o tema.

Observemos como o segundo livro se apresenta.

**4.2 A gramática escolar e o domínio das variações linguísticas adequadas aos seus contextos de uso**

Semelhante ao livro anterior, antes de conceituar concordância, os autores do livro “Descobrimos a Gramática – volume único” (DG) propõem uma reflexão. Eles utilizam um texto como pretexto para a observação do fenômeno da concordância, tanto a verbal quanto a nominal e fazem isso por meio de perguntas e pedidos de reescritura de partes do texto. Somente depois conceituam concordância e concordância nominal, como podemos ler a seguir:

### FOTOGRAFIA 3 – Conceito de concordância nominal na DG



Fonte: Giacomozzi, Valeiro e Reda (2016, p. 348)

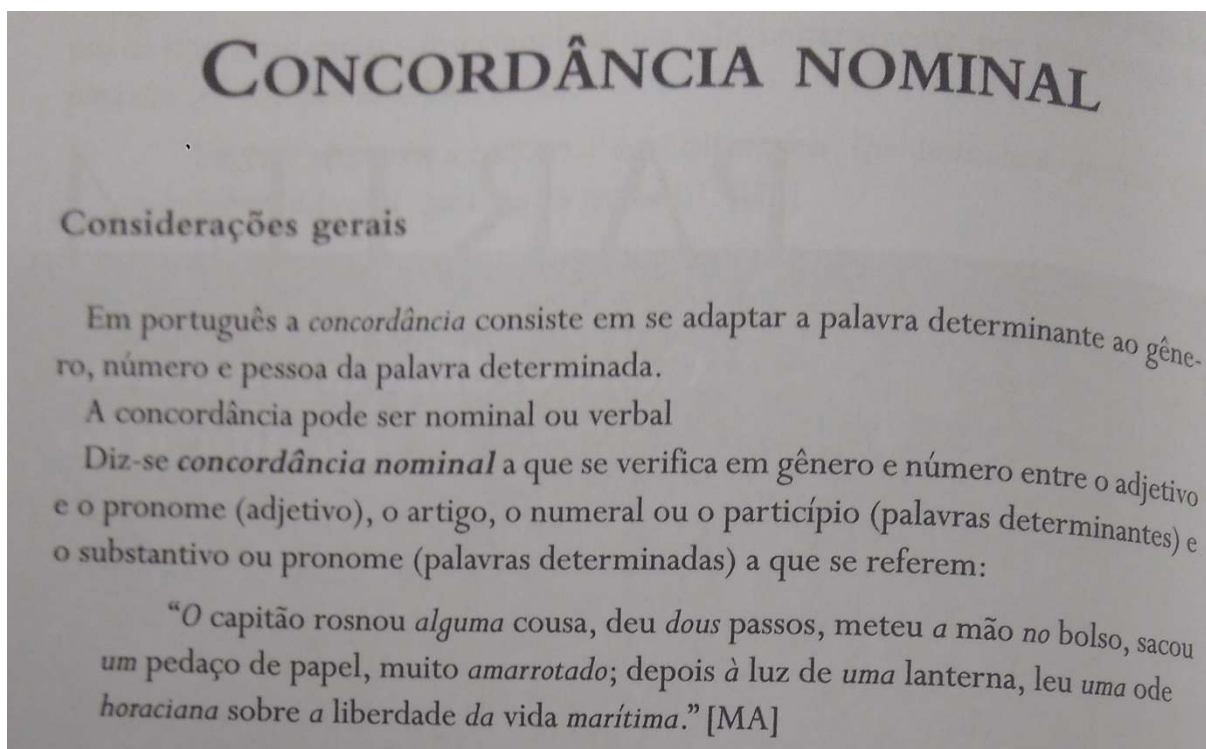
Mais adiante, os autores apresentam um quadro (que ocupa duas páginas) com as diversas regras da concordância nominal e mais uma série de exercícios (duas páginas), encerrando as “reflexões” sobre o fenômeno.

Agora vamos ver o terceiro livro em análise.

#### 4.3 A gramática escolar adequada às exigências de cultura dos tempos atuais

Diferente dos dois livros anteriores, o conceito de concordância é apresentado inicialmente, somente depois o renomado gramático, Evanildo Bechara, apresenta em sua *Gramática escolar da Língua Portuguesa* (GLP) uma série de enunciados para exemplificar o conceito, como podemos observar abaixo:

FOTOGRAFIA 4 – Conceito de concordância nominal na GLP



Fonte: Bechara (2010, p. 416)

Também é perceptível a diferença dos termos utilizados nesta obra. O autor é mais técnico comparado aos livros anteriores, indo além da nomenclatura gramatical brasileira, usando termos da área da linguística, tais como “determinante/determinado”.

Após a definição geral, seguem páginas e páginas (treze ao todo) sobre os mais variados casos “excepcionais”, especiais de concordância e uma página e meia com exercícios, mas não há qualquer menção para a possibilidade de marcação do plural apenas no primeiro determinante. Outro ponto que nos despertou atenção é que todos os casos de concordância citados foram extraídos de obras literárias, ou seja, textos escritos com elevado grau de monitoramento linguístico cujo o contexto de uso é extremamente marcado. Logo, podemos depreender que, para o autor, os alunos devem entender que todas as demais situações de uso, sejam orais ou escritas, menos ou mais monitoradas, devem seguir os modelos literários.

#### 4.4 Contradições entre discurso e prática - a ausência e o silêncio como ferramentas ideológicas nas três gramáticas escolares

Percebemos a ausência das possibilidades de concordância marcando apenas o(s) determinante(s), fenômeno tão comum em nosso PB Falado (até em situações mais monitoradas de interação linguística), onde a variação incide com maior intensidade, e



também observado no Português Escrito, onde essa incidência é menor. Os autores citam apenas a concordância redundante como única possibilidade em PB.

Também **não identificamos qualquer “reflexão” a respeito da variação na concordância nominal de número em nossa língua** em GR, o que nos causou estranheza, visto que é o que propõe o livro. **Tão pouco, identificamos qualquer preocupação com domínio das variações linguísticas e seus contextos de uso** em DG, quando a obra tratou da concordância nominal. Menos ainda, vimos a adequação às exigências culturais dos tempos atuais – tempos esses em que a *mocidade* (termo usado pelo autor para se referir aos jovens) tão conectada às novas tecnologias e aos novos gêneros textuais cada vez mais movediços (havendo casos em que a distinção entre oralidade e letramento, formalidade e informalidade são tão sutis<sup>16</sup>), em que outras representações gráficas são tão funcionais quanto a ortografia oficial, ou seja, um tempo em que a variação é tão funcional, tão necessária e está tão ativamente acontecendo, logo, seu reconhecimento e domínio é uma exigência cultural dos tempos atuais, **não há nenhuma menção à variação da marcação do plural entre o determinado e seus determinantes** no livro de Evanildo Bechara.

Ou seja, os discursos contidos nas apresentações dos livros que os aproximavam da concepção da língua/linguagem como sistema heterogêneo, em que a variação tem papel importante nas estratégias de interação linguística, não condizem com a triste realidade que o corpo dos textos apresenta.

Sabemos que ao omitirem tais possibilidades de concordância, os autores as estão categorizando como situações que fogem à regra gramatical da língua portuguesa, como desvios, erros que precisam ser corrigidos.

Assim, ao adotarem tais livros, professores e alunos, falantes/escreventes tendem a negar a variação da concordância nominal de número como um elemento constituinte de sua língua. Ao fazerem isso, tendem a considerar que aquilo que fazem costumeiramente ao falarem e escreverem é errado, logo, não são competentes em sua própria língua e, além disso, quando o outro comete esse “erro”, por sua incompetência e ignorância, precisa ser corrigido.

Isso é demasiadamente danoso, por dois motivos: primeiro por dizerem que vão entregar algo que não entregam – é sabido que os discursos da reflexão, da adequação ao uso e às exigências da cultura atual estão de acordo com o discurso da mudança pela qual passa o ensino-aprendizagem de língua e a própria produção de materiais didáticos como as

<sup>16</sup> Alguns exemplos são os gêneros *comentário nas redes sociais* e *mensagem em grupo*, lidos e escritos diariamente pela “mocidade” nos mais variados softwares web/móvil disponíveis no mercado brasileiro.



gramáticas escolares<sup>17</sup>, discurso que os professores de língua portuguesa estão atentos e dispostos a aceitar, logo, ao tomarem esses livros como referência pelos discursos neles contidos, além de sofrerem um engodo, são levados a crer que essa é uma das possíveis práticas dos discursos que estudam (aprendem?) em obras acadêmicas, em cursos de formação continuada, por exemplo, prejudicando assim a sua já frágil formação acadêmica, conforme apontam diversos autores, dentro os quais valem citar Guedes (2006), Faraco (2008) e Bagno (2013).

Segundo, porque contribuem para o preconceito e intolerância linguística, ao negarem, pela prática de suas análises no corpo dos livros, a variação linguística como um fenômeno inerente a língua. No caso da variação de marcação do plural na concordância nominal, conforme vimos no capítulo dois, a variante não marcada está presente, inclusive, na fala e na escrita de falantes/escreventes cultos do PB, inclusive em situações mais monitoradas de uso, ou seja, é uma possibilidade de uso da norma culta do português brasileiro.

Portanto, se de forma explícita se apresentassem como uma gramática escolar baseada na norma-padrão, ou seja, num ideal de língua não utilizado por nenhum falante do português brasileiro em sua totalidade (BAGNO, 2011), estariam mais de acordo com o que efetivamente apresentam no corpo de suas obras e provavelmente seriam utilizados como realmente deveriam pelos professores, com um olhar crítico e comparativo com o que as ciências e a realidade linguística apresentam. Essa prática do professor, inclusive, deve ser constante, pois conforme afirma Antunes (2007):

as gramáticas nunca são neutras, inocentes; nunca apolíticas, portanto. Optar por uma delas é, sempre, optar por determinada visão de língua. As gramáticas também (é bom lembrar) são produtos intelectuais, são livros escritos por seres humanos, sujeitos, portanto, a falhas, imprecisões, esquecimentos, além, é claro, de vinculados a crenças e ideologias. Por isso, não faz sentido reverenciar as gramáticas como se nelas estivesse alguma espécie de verdade absoluta e eterna sobre a língua – são produtos humanos, como outros quaisquer. (ANTUNES, 2007, p. 34)

Acreditamos que se os autores assumissem uma postura científica para analisarem a estrutura da língua, em especial a concordância nominal de número aqui analisada, e definissem a norma a partir de usos reais de falantes/escreventes do PB, teríamos uma sociedade menos preconceituosa sobre sua língua e mais consciente sobre as características

<sup>17</sup> Savioli (2014, p. 143), ao fazer um levantamento dos últimos 50 anos sobre o percurso das gramáticas nas ações escolares, afirma que foi aproximadamente a partir do ano 2000 “que os fundamentos teóricos das gramáticas de base linguística foram acolhidos com entusiasmo por grande parte dos responsáveis pelo ensino de língua portuguesa”. De acordo com o autor, essa adesão não foi mera coincidência, visto que nesse momento já estava instaurado nas universidades e, de certo modo, nas escolas uma revisão crítica sobre a proposta de gramática que outrora se apresentava.

desta. Possivelmente, a polêmica sobre a concordância de número ocorrida em 2011 retornaria, a qual seria bem-vinda, já que é importante que haja um debate sobre a língua em nossa sociedade. Porém, ao contrário, os autores preferiram nutrir (mesmo que de forma inconsciente) o preconceito e uma visão reducionista sobre a língua, a qual entende, dentre outras coisas, que só existe um forma certa de falar e escrever e que essa forma está em gramáticas normativas, uma postura que, infelizmente, os distanciam de propostas como a do livro didático de Heloisa Ramos *et. al.*

Essa visão de uma língua homogênea, que os livros analisados demonstraram nos conceitos e definições apresentadas, implica na ideologia de que a língua/linguagem é um elemento externo ao falante que poucos doutos dominam (os autores das gramáticas?). De acordo com Mylroy (2011, p. 60):

A ideologia exige que aceitemos que a linguagem (ou uma língua) *não é algo que os falantes nativos possuem*: eles não são pré-programados com uma faculdade da linguagem que lhes permite adquirir (ou desenvolver) “competência” na língua sem ser formalmente ensinados (se for admitido que eles são equipados com tal faculdade, isso é tratado como algo desimportante). O que eles adquirem de modo informal antes da idade escolar não é confiável e não plenamente correto ainda. Nesse contexto geral, a “intuição do falante nativo” não significa nada, e as sequências gramaticais não são produto da mente do falante nativo. Elas são definidas externamente – em compêndios gramaticais – e a escola é o lugar onde ocorre a verdadeira aprendizagem da língua. Faz parte do senso comum que é preciso ensinar às crianças as formas *canônicas* de sua própria língua nativa, sobretudo na escola, ensino feito por aqueles que sabem as regras da “gramática”, o significado correto das palavras e a pronúncia correta, e todas essas regras e normas existem fora do falante. As autoridades (normalmente não nomeadas) das quais dependem os falantes (e seus professores) têm acesso privilegiado aos mistérios da língua e têm algo do *status* de sumo sacerdotes. Se pusermos a coisa em termos de errado e certo, talvez possamos notar também, de passagem, que para muitos a questão não é apenas social, mas também *moral*.

Mas por que essa ideologia predomina na sociedade mesmo havendo tantas pesquisas, obras e áreas de estudo concluindo o contrário? A sociedade de um modo geral, não reconhece esses estudos como legítimos? Para Lucchesi (2015, p. 28, 29):

o debate social em torno da língua, em que o discurso da Linguística e da Sociolinguística não apenas tem sido isolado (...), mas, sobretudo, tem-se mostrado muito pouco capaz de conquistar espaço nesse plano do debate mais amplo, envolvendo não iniciados. Infelizmente, a maioria dos linguistas não apenas parece estar conformada com seu isolamento como também pensa que essa é a ordem natural das coisas, simplesmente ignorando ou considerando de somenos as questões mais relevantes que a sociedade levanta em relação à língua, como a *normatização linguística* – também referida como *padronização* (Milroy, 2011 [2001]). Envolvidos no debate em torno de suas formalizações abstratas, esses linguistas dão as costas à sociedade, deixando o campo livre para que os gramáticos normativistas dêem forma à visão de língua que predomina no senso comum. (LUCCHESI, 2015, p. 28, 29)

Talvez devamos considerar essa relação entre os estudos científicos sobre a língua e a sociedade como mais um dos objetivos da Sociolinguística Educacional, pois uma *pedagogia da variação linguística* só será possível com a mudança dessa ideologia sobre a língua. Está bem claro que, apesar das diversas obras teóricas e pesquisas acadêmicas, as contribuições da Sociolinguística Educacional ainda não são referências para a maioria dos materiais didáticos que professores e alunos utilizam na educação básica.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões e análises apresentadas nesse artigo são apenas iniciais e requerem uma continuação mais densa, tanto de sua base teórica quanto de seu *corpus*, mas não tínhamos a intenção de esgotar a discussão aqui.

Desejávamos, sim, expressar uma preocupação quanto ao pouco avanço no conhecimento e na aceitação das pesquisas linguísticas de caráter científico por parte da sociedade de um modo geral. Pouco avanço evidenciado pelas reações contra o livro didático, em 2011, e por como ainda tratam a concordância nominal três gramáticas escolares utilizadas por professores e estudantes brasileiros e que também são referência para livros didáticos.

Constatou-se ainda “uma visão equivocada da fala como lugar de violação das regras gramaticais” (ANTUNES, 2003, p. 24) e o reforço da ideia de língua como sistema abstrato de regras.

De um lado há os que concordam que o uso da “língua popular” no ensino ajudaria os estudantes das classes populares a se sentirem incluídos, de outro os que acreditam que isso pode excluí-los ainda mais.

Todavia, a questão principal não é essa. Diante desses debates, pode-se inferir que é uma falsa polêmica ou mesmo uma polêmica desnecessária. Nos dizeres de Antunes:

A questão maior é discernir sobre o objeto do ensino: as regras (mais precisamente: as regularidades) de como se usa a língua nos mais variados gêneros de textos orais e escritos. (...) Ou seja, se as línguas existem para serem faladas e escritas, as gramáticas existem para regular os usos adequados e funcionais da fala e da escrita das línguas. Assim, nenhuma regra gramatical tem importância por si mesma. Nenhuma regra gramatical tem a sua validade incondicional. (2003, p. 87-88)

Portanto, a validade das regras depende da sua funcionalidade e da sua aplicabilidade em contextos diversos e particulares também. Elas não são estanques e sim flexíveis e é o falante quem diz isso, mesmo que inconscientemente. Assim, tanto o uso de “nós pega o peixe” e “Os livro” estão no mesmo contexto de “a gente”, como na fala do jornalista

Alexandre Garcia. Os três enunciados têm seus lugares comunicativos marcados e suas funcionalidades estabelecidas.

Como constataram Rojo & Batista (2003), Bagno (2013) e González (2015) acerca dos livros didáticos, também identificamos que é notadamente a perspectiva tradicional de análise da língua que predominava nas gramáticas escolares aqui analisadas. Tal fato é preocupante, já que em muitos casos, o livro didático e o compêndio gramatical são as principais referências para o trabalho do professor na educação básica - esse mesmo professor que possui uma formação inicial já deficitária como fora citado no capítulo anterior.

Ficam, então, os professores e a sociedade sem enxergar essa riqueza linguística que temos no Português Brasileiro, lhes restando apenas uma visão reduzida e deficiente da realidade.

A concordância nominal de número em Português Brasileiro ocorre de forma variada e vai além do que aponta a gramática normativa de base não científica e a sociedade de um modo geral. A maioria dos falantes brasileiros, sobretudo os formadores de opinião, excetuando os linguistas, não identifica a expressão “Os livro” como uma *possibilidade* de concordância, mas como um *erro*, um *desvio* porque não reconhece a variação como um fenômeno comum à língua como também o é a norma.

E havendo tantas pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre o tema, havendo uma área como a Sociolinguística Educacional, que apresenta propostas de ensino a partir desses fenômenos, ao mesmo tempo em que há uma carência enorme de reflexão de base científica nos materiais didáticos, devemos nos questionar sobre o porquê dessa área de estudo ainda não está presente nessas materiais.

Ainda, se consideramos que essas pesquisas, em sua maioria, são realizadas em universidades públicas, logo financiados pela sociedade, podemos nos permitir perguntar se não estamos falhando em retribuir esse investimento, pois um conhecimento que não influencia, não melhora a sociedade, seja por sua inutilidade intrínseca ou por não estarmos entregando-o adequadamente a sociedade, é um conhecimento sem valor algum.

Há uma necessidade urgente de aprendermos a entregar esse conhecimento à sociedade. E estamos todos convidados a fazê-lo.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. *Aula de português – encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Muito além da gramática – por um ensino de língua sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

- \_\_\_\_\_. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Sete erros aos quatros ventos: a variação linguística no ensino de português*. São Paulo: Parábola, 2013.
- \_\_\_\_\_. Uma gramática propositiva. In: NEVES, Maria H. de M; CASSEB-GALVÃO, Vânia C. (orgs.). *Gramática contemporânea do português: com a palavra os autores*. São Paulo: Parábola, 2014. p. 91-111.
- BAKHTIN/VOLOSHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Editora Hucitec, São Paulo, 1929/1997.
- BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da Língua Portuguesa*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2010.
- BORTONI-RICARDO, Stella M. *Educação em língua materna – a sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998b.
- CEREJA, W.; MAGALHAES, T. C. *Gramática Reflexiva 9º ano*. 3ª Ed. São Paulo: Atual, 2012.
- CYRANKA, Lucia F. M. A pedagogia da variação linguística é possível? In: ZILLES, A. M. S. & FARACO, C. A. (orgs) *Pedagogia da Variação Linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo, Parábola, 2015. p. 31-52.
- \_\_\_\_\_. Sociolinguística aplicada à educação. In: MOLICA, Maria C. e FERRAREZI JR, Celso, et. al. *Sociolinguística, sociolinguísticas – uma introdução*. São Paulo: contexto, 2016. p. 167-176.
- FARACO, Carlos. A. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- GIACOMOZZI, Gilio; VALÉRIO, Gildete; REDA, Claudia M. *Descobrimos a Gramática – Língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 2016.
- GONZALEZ, César A. Variação linguística em livros de português para o EM. In: ZILLES, A. M. S. & FARACO, C. A. (orgs) *Pedagogia da Variação Linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo, Parábola, 2015. p. 225-248.
- GUEDES, P. C. *A formação do professor de português: que língua vamos ensinar?*. São Paulo: Parábola, 2006.
- ILARI, R.; FRANCHI, C.; NEVES, M. H. de M.; POSSENTI, S. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise. In: CASTILHO, A. de; BASÍLIO, M. (orgs). *Gramática do Português Falado*. 2ª Ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2002. p. 73-159.
- LEITE, Marli Q. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo, Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Língua e sociedade partidas – a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: contexto, 2015.
- LIMA, Lucina. *Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado*. Disponível em: [poderonline.ig.com.br/index.php/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/](http://poderonline.ig.com.br/index.php/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/) Data de acesso: 17/07/2016.
- MYLROY, James. Ideologias linguísticas e as conseqüências da padronização. In: LAGARES, Xoán, BAGNO, Marcos (orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 49-88.
- NEVES, Maria H. de M. *Que gramática estudar na escola?* São Paulo: Contexto, 2006.
- PERINI, Mario. A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.
- RAMOS, Heloisa et. al. *Por uma vida melhor: Coleção Viver e Aprender*. São Paulo: Global, 2011.
- SAVIOLI, Francisco P. O percurso das gramáticas nas avaliações escolares. In: NEVES, Maria H. de M; CASSEB-GALVÃO, Vânia C. (orgs.). *Gramática contemporânea do português: com a palavra os autores*. São Paulo: Parábola, 2014. p. 134-152.

WEINREICH, U.; LABOV, W. e HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ZILLES, Ana. M. S. & FARACO, C. A. (orgs). *Pedagogia da Variação Linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo, Parábola, 2015.

## ANEXO

### A - LIVRO USADO PELO MEC ENSINA ALUNO A FALAR ERRADO

Livro didático de língua portuguesa adotado pelo MEC (Ministério da Educação) ensina aluno do ensino fundamental a usar a “norma popular da língua portuguesa”.

O volume *Por uma vida melhor*, da coleção *Viver, aprender*, mostra ao aluno que não há necessidade de se seguir a norma culta para a regra da concordância. Os autores usam a frase “os livro ilustrado mais interessante estão emprestado” para exemplificar que, na variedade popular, só “o fato de haver a palavra os (plural) já indica que se trata de mais de um livro”. Em um outro exemplo, os autores mostram que não há nenhum problema em se falar “nós pega o peixe” ou “os menino pega o peixe”.

Ao defender o uso da língua popular, os autores afirmam que as regras da norma culta não levam em consideração a chamada língua viva. E destacam em um dos trechos do livro: “Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para norma culta como padrão de correção de todas as formas lingüísticas”.

E mais: segundo os autores, o estudante pode correr o risco “de ser vítima de preconceito linguístico” caso não use a norma culta. O livro da editora Global foi aprovado pelo MEC por meio do Programa Nacional do Livro Didático.

**Atualizado às 16h20:** Em entrevista ao iG, uma das autoras do livro, a professora Heloísa Ramos, declarou que a intenção era deixar aluno à vontade por conhecer apenas a linguagem popular e não ensinar errado.

Fonte: [poderonline.ig.com.br/index.php/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/](http://poderonline.ig.com.br/index.php/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/)

Artigo recebido em: 03/06/17

Artigo aceito em: 12/07/17